

Ministério Público da União

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1283/2022

Termo de Credenciamento nº 1283/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o INSTITUTO DE ORTOPEDIA E NEUROLOGIA SEGUTI LTDA para prestação de serviços médicos e paramédicos. PGEA: 1.00.000.010601/2021-16. Vigência: 25/05/2022 a 24/05/2027. Assinatura: pelo Credenciante SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) pelo Credenciado MARIA APARECIDA DE ANDRADE SEGUTI (Administradora)

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1201/2021

Termo de Credenciamento nº 1201/2021, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o EXATO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA para prestação de serviços médicos. PGEA: 1.00.000.017644/2021-14. Vigência: 03/03/2022 a 02/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) pelo Credenciado RICARDO SILVA DE ANDRADE JÚNIOR (Administrador)

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1136/2021

Termo de Credenciamento nº 1136/2021, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO e RUI BARBOSA JÚNIOR. Objeto: prestação de Serviços Médicos. Processo: 1.22.000.003654/2021-13. Elemento de despesa 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 033010581200400001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2022NE000036, de 08/02/2022, Elemento de despesa 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 033010581200400001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2022NE000109, de 04/02/2022, Elemento de despesa 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 033010581200400001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2022NE000023, de 08/02/2022, Elemento de despesa 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2021NE000160, de 01/03/2021. Assinado em 04/03/2022. Vigência 04/03/2022 a 03/03/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL e pelo Credenciado RUI BARBOSA JÚNIOR.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2019. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa ELEVADORES VILLARTA LTDA. CNPJ: 54.222.401/0001-15. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses; reajustar o valor anual estimado contratado em 8% (oito por cento); alterar a Cláusula Quinta - Das Obrigações do Contratante e a Cláusula Sexta - Das Obrigações da Contratada. Vigência: 3/4/2022 a 2/4/2023. Data de Assinatura: 22/2/2022. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 11.640,40. Valor Global do Contrato: R\$ 44.863,84. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, LIANE VILLARTA CARDOSO. Processo MPF/PGR: 1.00.000.006462/2018-12.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO MPF/PRR5 Nº 5/2022

Contratantes: UNIÃO/PRR-5ª Região e a empresa PETROGAS LOGISTICA COMERCIAL GLP EIRELI, CNPJ 11.310.685/0002-70. Objeto: Fornecimento de gás de cozinha (GLP) em botijão de 13Kg para a sede da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, durante o exercício de 2022. Processo nº 1.05.000.000043/2022-77. Assinam eletronicamente, em 11/03/2022, pela PRR-5ª Região, Clarinda Veloso, Secretária Regional e, pela empresa, Marcelo José Vaz Tolentino, titular e administrador.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Divisão de Contratações e Gestão Contratual da Procuradoria da República no Distrito Federal - PR-DF, UASG nº 200023, em cumprimento aos termos da Lei 8.666/1993, e suas alterações, ao Decreto nº 7.892/2013 e ao Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2022, que tem como objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresas para o fornecimento de açúcar, tipo cristal, com aquisições parceladas dentro do período de 12 (doze) meses, improrrogáveis, para atender às necessidades da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF), órgão gerenciador, da Procuradoria-Geral da República (PGR), da Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), órgãos participantes, conforme especificações, quantidades, condições e demais exigências constantes do Edital e seus Anexos, torna público o Registro de Preços da ARP nº 4B/2022 para a empresa JARDA COMERCIA DE ALIMENTOS EIRELI ME CNPJ: 04.119.118/0001-94 (item 3 - quantidade: 7.324 pacotes de 2 Kg; valor unitário: R\$ 7,19; valor total de R\$ 52.659,56). A ARP nº 4B/2022 terá vigência de 09/03/2022 a 08/03/2023. Informações sobre fornecedores, relação de itens registrados e preços, entre outras, encontram-se disponíveis no Processo nº 1.16.000.003339/2021-85 e estarão disponíveis no sítio <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes> (opção "Consultar Licitações"; Modalidade: "Pregão Eletrônico"; Unidade Gestora: "PR-DF").

GISELE LIMA RODRIGUES ALVES
Chefe da Divisão de Contratações e Gestão Contratual

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

EDITAL Nº 2, DE 10 DE MARÇO DE 2022

2º PROCESSO PÚBLICO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA SERVIÇO VOLUNTÁRIO NAS UNIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ.

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, com fundamento na Portaria PGR/MPF nº 1240, de 22 novembro de 2017, resolve abrir o 2º PROCESSO PÚBLICO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA SERVIÇO VOLUNTÁRIO NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ, observadas as disposições constantes neste edital:

1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O serviço voluntário regido pela Portaria PGR/MPF nº 1240, de 22 novembro de 2017, é a atividade não remunerada prestada por pessoa física ao Ministério Público Federal, de forma espontânea e com objetivos cívicos, educacionais, culturais, científicos, recreativos ou de assistência social.

1.2 O serviço voluntário não gerará vínculo funcional ou empregatício, nem obrigações trabalhistas, previdenciárias ou de qualquer outra natureza.

2 - DAS VAGAS E DE SEUS REQUISITOS

2.1. O processo seletivo destina-se a vagas de prestador de serviço voluntário e à formação de cadastro de reserva, nas áreas de atuação, atribuições e requisitos a seguir:

ÁREAS	ATRIBUIÇÕES	REQUISITOS
DIREITO (2 vagas)	No Ofício Unico da PRM/Paragominas: para prestar auxílio no desenvolvimento de atividades jurídicas no GAB/PRM/PNG, em análises preliminares de casos, pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência e na elaboração de minutas de peças processuais e extraprocessuais a cargo da Procuradoria da República em Paragominas/PA.	Graduação em Direito; Domínio da língua portuguesa; conhecimento básico de Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Processual Civil, Penal e Processual Penal; conhecimento básico de editores de texto e navegação na internet.

2.2. Poderá prestar serviço voluntário a pessoa física que possuir os seguintes requisitos:

- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- Possuir formação superior completa na área de Direito.
- Encontrar-se no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.
- Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2021

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2021, que tem por objeto a aquisição de nobreaks, para atender as necessidades da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF), que entre si celebram a União por meio da PR/DF e a empresa LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA. Objeto: Alteração quantitativa do Contrato nº 16/2021. Data de Assinatura: 28/01/2022. Valor: R\$ 69.965,00 (sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e cinco reais). Fundamento Legal: Alínea "b", do inciso I, c/c o § 1º, ambos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 referente ao Pregão Eletrônico n. 11/2021, considerando as disposições estabelecidas na Lei n. 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019, subsidiariamente na Lei n. 8.666/1993. Processo: 1.16.000.003685/2021-63. Signatários: pela Contratante, Israel Pereira Coelho, Secretário Estadual; e, pela Contratada, Sr. Silvio Moreira dos Santos, representante legal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022 - UASG 200071

Nº Processo: 11300000016202222. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo, visando atender as necessidades da Procuradoria da República no Estado do Amazonas. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/03/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Andre Araujo, S/n - Aleixo, - Manaus/AM ou <https://www.gov.br/compras/edital/200071-5-00001-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 14/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/03/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

THIAGO XAVIER BITENCOURT BEZERRA
Pregoeiro

(SIASGnet - 10/03/2022) 200071-00001-2022NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022 - UASG 200082

Nº Processo: 15000000534202271. Objeto: Aquisição de material de consumo do Gênero Alimentício, de uso comum e específico, para atender as demandas da Procuradoria da República no Estado do Ceará e Procuradorias da República nos Municípios a ela vinculadas. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 14/03/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Joao Brigido, 1260, - Fortaleza/CE ou <https://www.gov.br/compras/edital/200082-5-00001-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 14/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/03/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

GIEDRA ALBUQUERQUE ALFREDO
Pregoeira

(SIASGnet - 10/03/2022) 200082-00001-2022NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2022 - MPF/ES. Ref.: PGEA 1.17.000.000396/2022-56. Contratante: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo, CNPJ 26.989.715/0013-46, e a empresa LBS TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI (CNPJ: 05.276.664/0001-00). Objeto: Considerando a Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE sob o nº ES000009/2022, o presente termo aditivo tem por objeto a repactuação dos preços praticados no Contrato nº 01/2022 - MPF/ES, referente à prestação dos serviços terceirizados de apoio administrativo, copeiragem e manutenção predial, com fornecimento de materiais e mão de obra residente nas dependências da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, em Vitória, e nas Procuradorias da República nos Municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus. Com efeitos financeiros a partir de 07 de fevereiro de 2022, o valor atualizado do contrato é de R\$ 1.072.497,57 (um milhão e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos), correspondente à soma dos custos fixos; acrescidos de custos variáveis, estimados para o mesmo período em até R\$ 39.844,88 (trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), totalizando R\$ 1.112.342,46 (um milhão e cento e doze mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos). Data de Assinatura: 11/03/2022. Assinam: RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA, Secretário Estadual do MPF/ES, pela contratante e VILMA DE QUEIROZ BRINGHENTI pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato 12/2020; Distratante: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Maranhão, CNPJ 26.989.715/0015-08; Distratada: RAKIA SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA, CNPJ 23.495.961/0001-10; Processo: PGEA 119000000647202147; Objeto: Rescisão unilateral, a contar de 10.3.2022, o Contrato 12/2020, de prestação de serviços para instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede (on-grid) no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Caxias/MA; Fundamento legal: Artigos 77 e 78 da Lei 8666/1993 e Cláusulas 25 e 26 do contrato; Assinatura: Flávio Roberto Martins de Matos (Secretário Estadual da PRMA); Data da assinatura: 10.3.2022.

e) Não possuir antecedentes criminais na Justiça Estadual e na Justiça Federal.

f) Não constar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

g) Não constar registro de Tomada de Contas Especial e de Prestação de Contas ou de Tomada de contas julgada irregular nos últimos oito anos em Tribunal de Contas.

3 - DA CARGA HORÁRIA

3.1 A jornada semanal do prestador de serviços voluntários será de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 20 (vinte) horas.

3.2 Os dias e horários da prestação do serviço voluntário serão previamente ajustadas entre as partes, conforme a necessidade do gabinete/setor no qual ficará lotado.

4 - DA INSCRIÇÃO

4.1 Os candidatos deverão se inscrever encaminhando e-mail à prp-adigep@mpf.mp.br. O período de inscrição será a partir da data de publicação deste edital até a data final de validade do presente processo seletivo, conforme disposto no item 7.1.

a) Na inscrição, o candidato deverá indicar qual área pretende realizar o serviço voluntário de acordo com seu interesse de atuação;

b) A Procuradoria da República no PARÁ não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.2 O candidato deverá anexar, de forma digitalizada, em um único arquivo, no formato "PDF", com o tamanho máximo de 2MB (mega bytes), os documentos listados abaixo, na seguinte ordem:

a) ficha de Inscrição para Serviço Voluntário, constante no ANEXO I;

b) cópia digitalizada do documento de identidade com foto e CPF;

c) curriculum vitae;

d) cópia digitalizada do certificado de conclusão do curso superior exigido ou histórico escolar detalhado e atualizado, expedido pela instituição de ensino.

4.3 As inscrições são gratuitas.

4.4 O candidato que não anexar toda a documentação relacionada no item 4.2, ou não cumprir os requisitos da vaga terá a sua inscrição indeferida.

4.5 As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Ministério Público Federal excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

4.6 O prazo das inscrições poderá ser prorrogado por ato do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do PARÁ ou seu substituto legal, e, nesse caso, será divulgado no site <http://www.mpf.mp.br/pa>

4 - DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1 Os formulários de inscrição preenchidos pelos voluntários serão disponibilizados ao setor solicitante.

5.2 O setor solicitante poderá convocar o voluntário para participação de entrevista pessoal e análise curricular, sendo a admissão baseada em critérios de conveniência e oportunidade.

5.3 Caso o candidato não seja admitido, passará a integrar o cadastro reserva.

5.4 A Procuradoria da República no PARÁ reserva-se ao direito de não selecionar candidatos, na hipótese de inexistirem inscritos com perfil e características desejados.

6 - DA CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO

6.1 O candidato selecionado será convocado, por meio telefônico ou mensagem de correio eletrônico, para adesão ao serviço voluntário, conforme surgimento de vagas.

6.2 O candidato quando convocado deverá manifestar o interesse ou não à vaga nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à data do recebimento da mensagem de correio eletrônico, sendo considerado desistente após este prazo.

6.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.

6.4 A admissão do prestador de serviço voluntário fica condicionada à realização de investigação social, a qual será classificada como confidencial e seu conteúdo receberá tratamento de sigilo concernente à sua classificação, nos termos da legislação em vigor;

a) A investigação social de que trata este artigo será realizada pela área responsável da Procuradoria da República no Estado do PARÁ;

b) Será reprovado na investigação social o candidato que tiver envolvimento em fatos ou atos que constituam ameaça real ou potencial ao Ministério Público Federal.

6.5 O prestador de serviço voluntário não poderá atuar nas causas em que, por força de lei ou em razão do interesse público, esteja prevista a atuação do Ministério Público, por qualquer dos seus órgãos e ramos, nem ter qualquer vinculação com sociedade de advogados.

6.6 O prestador de serviço voluntário não poderá possuir vínculos pessoais ou profissionais incompatíveis com o sigilo necessário ao regular cumprimento das atividades.

6.7 O prestador de serviço voluntário não poderá ser lotado para atuar sob a supervisão de cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

6.8 A admissão, limitado ao máximo de 2 (dois) anos, dar-se-á com a assinatura do Termo de Adesão, firmado entre a Procuradoria da República no Estado do PARÁ e o prestador de serviço voluntário.

6.9 Para a admissão, o candidato deverá apresentar:

a) ficha cadastral, na qual deverá constar uma foto 3x4;

b) currículo atualizado;

c) cópias dos seguintes documentos, que deverão ser conferidas com o original:

d) carteira de identidade;

e) cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

f) comprovante de residência;

g) comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais;

h) certificado de conclusão do curso de superior ou histórico escolar detalhado e atualizado, expedido pela instituição de ensino;

i) atestado médico comprovando a aptidão para realização das atividades;

j) certidões dos órgãos públicos em que tenha trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado de ofício;

l) certidões dos distribuidores criminais das Justiças Federal e Estadual ou do Distrito Federal, dos locais em que haja residido nos últimos cinco anos, expedidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;

m) declaração que ateste o disposto no item 6.5;

n) declaração de parentesco, informando se possui vínculo de parentesco com membro ou servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento da unidade, para cumprimento do disposto no item 6.7.

6.10 O Ministério Público Federal poderá solicitar outros documentos que se façam necessários em razão do local ou da atividade a ser desempenhada pelo voluntário.

7. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

7.1 O processo terá validade de 1(um) ano a contar da data da publicação do edital com o resultado das inscrições deferidas, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do PARÁ.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no site da Procuradoria da República no Estado do PARÁ.

8.2 O prestador de serviço voluntário não fará jus à bolsa-auxílio, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, ou qualquer contraprestação pecuniária.

8.3 Fica assegurado ao prestador de serviço voluntário:

a) a concessão de seguro contra acidentes pessoais;

b) a obtenção de certificado, ao final da prestação do serviço voluntário, com indicação do local ou locais onde o serviço foi prestado, o período, a carga horária cumprida e as atividades desempenhadas.

8.4 Aplica-se ao presente processo de recrutamento e seleção, no que couber, as disposições da Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22 de novembro de 2017.

8.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do PARÁ.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE
Procurador-Chefe
Substituto

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Solicito a minha inscrição, como voluntário (a), a fim de prestar serviços junto ao (Ofício/Setor) do Ministério Público Federal. Declaro estar ciente dos termos da Lei nº 9.608, de 18/08/1998 e da Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22/11/2017.

1. Nome completo:

Data de nascimento: //

Identidade: CPF: Sexo: () Masc. () Fem.

Estado Civil: Nacionalidade:

Endereço residencial: Bairro: Cidade:

CEP: Tel Residencial: Tel. Comercial: Tel. Celular:

Preferência para contato: () residência() trabalho E-mail:

2. Situação Profissional atual:

() Aposentado () Desempregado () Empregado () Do Lar () Autônomo ()

Estudante

Quais as suas experiências profissionais?

Descreva quais as funções exercidas e em qual(is) empresa(s)/instituição(ões):

3. Escolaridade:

Grau de instrução:

Área de conhecimento (curso):

Instituição de Ensino:

4. Possui conhecimento na área de informática, línguas ou outras especialidades? Em caso afirmativo, especifique em quais.

5. Já teve outras experiências de voluntariado? Em caso afirmativo, onde e em qual função?

6. Por que você está interessado(a) em atuar como voluntário(a)?

7. Quais as funções você gostaria de desempenhar como voluntário(a)?

Especifique a(s) área(s) de sua preferência:

8. Prefere atuar de forma individual ou em grupo?

9. Se enquadrar mais em trabalhos de rotina ou atividades novas?

10. Quais dias da semana você tem disponibilidade para o serviço voluntário?

() 2ª feira() 3ª feira() 4ª feira() 5ª feira() 6ª feira

11. Qual o turno disponível para a realização do serviço voluntário?

() Manhã() Tarde

12. É servidor(a) público(a) ou empregado(a) público(a):

() NÃO () SIM, pertencente ao quadro do(a) .

13. Exerce alguma atividade em outro ramo do Ministério Público, em órgãos do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da União e dos Estados, na Polícia Militar, Civil ou Federal, na advocacia pública ou privada ou nos seus órgãos de classe?

() NÃO () SIM. Onde e qual? .

14. Responde ou respondeu a inquérito policial, civil ou administrativo, no Brasil e/ou no exterior, até a presente data?

() NÃO () SIM.

15. É cônjuge, companheiro(a) ou parente até o terceiro grau civil de algum membro ou servidor desta unidade administrativa:

() NÃO () SIM. Nome:

(Cidade/UF), de de .

Voluntário(a)

(assinatura)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO MPF/PB Nº 10/2021. PROCESSO nº 1.24.000.000226/2022-37. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba. CONTRATADA: OI S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), CNPJ 76.535.764/0001-43. MODALIDADE: Termo de Rescisão. OBJETO: As partes resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir do dia 19 de abril de 2022, o Contrato MPF/PB Nº 10/2021, firmado com a empresa OI S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), CNPJ 76.535.764/0001-43, que tem por objeto a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) para todas as unidades do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA PARAÍBA. FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula Sexta - Da Vigência do Contrato, bem como §§ 1º e 2º do Art. 79 da Lei 8666/93 e alterações. DATA DA ASSINATURA: 10.03.2022. ASSINAM: João Monteiro de Lima Netto - Secretário Estadual da PR/PB, pela CONTRATANTE, e Vivian de Souza Duarte Fiorentini - Executiva de Negócios e Vanessa Borges Raupp Fonseca - Gerente de Vendas, pela CONTRATADA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022

O Gerente de Registro de Preços da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no § 2º do Art. 15 da Lei 8.666/93, no Decreto nº 7.892/2013 e no Ato de homologação da Sra. Secretária Estadual, e, tendo em vista o Pregão Eletrônico nº 02/2022, cujo objeto foi o registro de preços para ÁGUA MINERAL, VASILHAMES (NOVOS) E GÁS DE COZINHA para as Unidades do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte, torna público o Registro de Preços conforme Atas 06/2022 e 07/2022. Os preços e as especificações estão à disposição para consulta no site www.transparencia.mpf.mp.br/. Processo 1.28.000.000154/2022-89. Fornecedores: ARP nº 06/2022 - RAQUEL OLIVEIRA DA SILVA (CNPJ nº 21.588.655/0001-00), itens 1, 2 e 3 (R\$ 4.096,07), vigência de 11/03/2022 a 10/09/2022; e ARP nº 07/2022 - MANUEL OSORIO DOS SANTOS - ME (CNPJ nº 40.990.509/0001-43), item 4 (R\$ 873,60), vigência de 11/03/2022 a 10/09/2022.

HENRIQUE MEDEIROS CORTÊS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2020

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2020; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.000075/2020-07; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.; CNPJ: 66.700.295/0001-17; OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO, do PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA PRIMEIRA - GARANTIA, e da CLÁUSULA QUINTA - PREÇO, todas do Contrato Originário; ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Supressão de 1 (um) posto de vigilância armada (diurno), 44 horas semanais - 2ª a 6ª feira - masculino para a Procuradoria da República no Município de Sorocaba e supressão de 1 (um) posto de vigilância armada (diurno), 44 horas semanais- de 2ª a 6ª feira - masculino, para a



Procuradoria da República no Município de Santos; ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA PRIMEIRA - GARANTIA: A partir de 12 de março de 2022, a garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato (R\$ 11.489.804,40) será de R\$ 574.490,22 (quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e vinte e dois centavos), podendo a contratada substituir a garantia apresentada de acordo com o artigo 56 da Lei nº 8.666/93; ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUINTA - PREÇO: Novos valores vigentes, após supressão de 1 (um) posto de vigilância armada, 44 horas semanais, masculino para a PRM Sorocaba e de 1 (um) posto de vigilância armada, 44 horas semanais, masculino para a PRM-SANTOS : A partir de 12 de março de 2022, em virtude da supressão de 1 (um) posto 44 horas semanais da PRM-Sorocaba e de 1 (um) posto 44 horas semanais para a PRM-SANTOS, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, o valor mensal de R\$ 957.483,70 (novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta centavos), perfazendo um valor global anual de R\$ 11.489.804,40 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quatro reais e quarenta centavos), durante a vigência deste Contrato; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: ALAN CAMPOS GOMES ; DATA DE ASSINATURA: 11/03/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022 - UASG 200008

Nº Processo: 19.03.02833/2021. Objeto: Registro de Preços para o fornecimento de Medicamentos e/ou de Materiais Médicos-Hospitalares constantes na lista de periódicos ABCFarma, Brásindice e/ou SIMPRO, com aplicação de percentual de desconto sobre os valores de suas respectivas tabelas, para atender às demandas do Departamento de Atenção à Saúde da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, conforme especificações e condições do Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 14/03/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h55. Endereço: Setor de Embaixadas Norte, Lote Nº 43, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200008-5-00010-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 14/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/03/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital do Pregão poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br ou <http://www.mpm.mp.br/pregao-eletronico>.

CARLOS ALBERTO DE SOUSA LIMA
Coordenador de Licitações

(SIASGnet - 10/03/2022) 200008-00001-2022NE000036

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e a FAE Centro Universitário. Objeto: Estágio de Estudantes de Nível Superior. Vigência: 11/03/2022 a 10/03/2025, podendo ser prorrogado por igual período. Assinam: Eliomar Vieira das Neves, Diretor de Gestão de Pessoas, pelo MPM, e João Mannes, pela FAE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério Público do Trabalho - MPT e o Sindicato Nacional dos Aeronautas. OBJETO: Viabilizar as eleições do SINDICADO, sob a supervisão da Comissão Eleitoral definida em assembleia específica, no mês de abril de 2022 por meio eletrônico, mediante a utilização da infraestrutura de tecnologia da informação do MPT. DATA DA ASSINATURA: 10/03/2022. ASSINAM: pelo Ministério Público do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira; pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas, Ondino Dutra Cavalheiro. PROCESSO: 20.02.0001.0001702/2022-27.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2022 - UASG 200200

Nº Processo: 2121/2022-63. Objeto: Contratação da palestra on-line do professor Doutor Leandro Karnal, a ser realizado no dia 15/03, com duração de 70 minutos. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93. Justificativa: Inviabilidade de competição Declaração de Inexigibilidade em 10/03/2022. TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS. Diretora Administrativa. Ratificação em 11/03/2022. GLAUCIO ARAUJO DE OLIVEIRA. Diretor Geral. Valor Global: R\$ 55.000,00. CNPJ CONTRATADA : 07.951.203/0001-02 AUDACES SOLUCOES EM TREINAMENTOS E PALESTRAS LTDA.

(SIDE - 11/03/2022) 200200-00001-2022NE000017

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2022 - UASG 200044

Nº Processo: 0000006/2022-05. Objeto: Contratação de serviços de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva para 01 (uma) plataforma elevatória vertical destinada ao transporte de passageiros - marca MONTELE Elevadores, Linha PL-200 - instalada no Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/03/2022 das 08h00 às 17h00. Endereço: Avenida Churchill, 94 - 7. ao 11. Andar, Castelo - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/200044-5-00003-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 14/03/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/03/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

MARCELA PEREIRA ALVARO
Pregoeira

(SIASGnet - 11/03/2022) 200044-00001-2022NE000001

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quarto termo aditivo ao contrato nº 04/2018, de prestação de serviços continuados de gerenciamento de frota, com vistas à manutenção de veículos, para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região; Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região e a empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios Ltda., CNPJ nº 25.165.749/0001-10. Objeto: Alteração da razão social da contratada e a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 04/2018. Fundamento: Artigo 41 da Lei nº 14.195/2021 e artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993. Assinam: João Eduardo de Amorim, Procurador-Chefe e o representante legal da empresa, João Luis de Castro. Assinatura: em 10/03/2022. PGEA nº 20.02.0200.0000540/2022-92.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2022

Contratante: União, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. Contratada: MARIA TERESA PEREIRA COELHO & CIA LTDA Processo: 20.02.0303.0000016/2022-85. Objeto: Aquisição de 05 pacotes de 5kg de açúcar, 50 pacotes de 500g de café, 03 adoçantes 100ml, para consumo na Procuradoria do Trabalho no Município de Varginha-MG. Fundamento Legal: Lei 14.133/21, art. 75, inciso II. Elemento de despesa: 33.90.30.07 - GENEROS DE ALIMENTACAO. Valor total: R\$ 932,22 (novecentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos). Ratificação em 09/03/2022, pelo Dra. Márcia Campos Duarte, Vice-Procuradora-Chefe.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº Processo: 20.02.1800.0000498/2019-30. 9º termo Aditivo ao Contrato 02/2019. Objeto: Prorrogar, até 12/05/2023, o prazo de vigência do Contrato nº 02/2019 e alterar a denominação da empresa contratada. Contratantes: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO e REAL JG FACILITIES LTDA, CNPJ nº 08.247.960/0001-62. Signatários: Pela Contratante, Dr. Alpiniano do Prado Lopes, como Procurador-Chefe e pela Contratada, Sra. Flávia Macena de Sousa, Representante Legal. Assinaturas em: 10/03/2022.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022

Contratantes: União Federal, por intermédio da PRT 23ª Região, e M. Webber - EPP, CNPJ 02.052.858/0001-25. Objeto: Contrato de fornecimento de água mineral, para a PTM de Alta Floresta. Modalidade: Dispensa de Licitação - art. 24, II da Lei 8.666/93. Vigência: 11/03/2022 a 31/12/2022. PGEA nº 20.02.2304.0000102/2021-52. Valor estimado do contrato: R\$ 2.688,00. Signatários: Dr. Bruno Choairy Cunha de Lima, Procurador-Chefe em exercício, pela Contratante, e Mauro Weber, pela Contratada.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE CONTROLE EXTERNO SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 374/TCU/SEPROC, DE 7 DE MARÇO DE 2022

TC 000.883/2016-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a empresa Porto Cristo Engenharia Ltda., CNPJ: 09.548.715/0001-58, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 8448/2021-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 29/6/2021, proferido no processo TC 000.883/2016-6, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 7/3/2022: R\$ 471.938,06; sendo em solidariedade com o responsável Paulo Lucasio Carvalhães - CPF: 261.008.431-53. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 30.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). Informações detalhadas sobre acesso e uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e de credenciamento, podem ser consultadas ao acessar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU. A visualização de processos e documentos sigilosos depende de autorização do relator, após solicitação formal da parte.

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), telefone (61) 3527-5234, e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

RENATO FURTUNATO JACOBS
Diretor

EDITAL Nº 321/TCU/SEPROC, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

TC 029.128/2019-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Eunelio Macedo Mendonca, CPF: 509.185.833-49, do Acórdão 17189/2021-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Sessão de 5/10/2021, proferido no processo TC 029.128/2019-6, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o, a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 23/2/2022: R\$ 595.711,18; em solidariedade com a responsável Conterplan Construções e Empreendimentos Ltda, CNPJ 11.526.350/0001-02. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 102.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). Informações detalhadas sobre acesso e uso da plataforma, inclusive para fins de

